

Contribuição para restabelecer um clima de confiança

São previsíveis as reações negativas, no plano político interno, à possibilidade de o Brasil vir a firmar um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na continuidade das negociações com o credores a que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, deu o ponto de partida na semana passada. Mas, emocionalismos à parte, parece que os responsáveis pela política econômica vêm conduzindo as conversações com tato e prudência e podem vir a concluir um acordo com o Fundo, sem que isso signifique concessões do Brasil naquilo que realmente importa, que é a manutenção da economia em crescimento neste e nos próximos anos, de acordo com as diretrizes do governo do presidente José Sarney.

Com efeito, conforme colocou Bresser Pereira, nos entendimentos que manteve nos últimos dias com autoridades americanas, altos funcionários de instituições internacionais e representantes dos bancos credores, o governo brasileiro estaria disposto a iniciar conversações com o Fundo com

vistas a um acordo, mas somente depois de estabelecidas as linhas básicas para o reescalonamento da dívida junto ao comitê de bancos.

A ordenação desse processo é mais importante do que pode parecer à primeira vista. Os bancos credores gostariam que o Brasil, como precondição, formalizasse um acordo com o Fundo, não só por uma questão de segurança, para que aquela instituição estabelecesse a sua cota para completar o volume de dinheiro novo desejado pelo País. A equipe de Bresser Pereira insiste, no entanto, em obter dos bancos privados um total de US\$ 7,1 bilhões de refinanciamentos, para que possa fechar com tranquilidade o balanço de pagamentos neste e no próximo ano.

Logicamente, se, em seguida, o Brasil estabelecesse um entendimento com o FMI, possibilitando o aporte de recursos da instituição, estes serviriam para rolar a dívida ainda pendente relativa a empréstimos "stand-by" obtidos no passado e para robustecer a posição das reservas.

Esse esquema não seria impossível de ser deglutido pelos bancos credores. Há importantes ingredientes de barganha, que poderiam predispor os bancos a um entendimento preliminar. Um deles seria a retomada dos pagamentos dos juros, suspensos pelo Brasil em 20 de fevereiro deste ano. Embora os grandes bancos já tenham estabelecido reservas para eventuais perdas, em função direta daquela decisão, eles seriam obrigados a reforçá-las ainda mais quando o Brasil completar mais de seis meses de atraso na liquidação dos juros devidos. Isso se refletiria sobre os resultados dos bancos pelo segundo trimestre consecutivo, o que, naturalmente, não é uma perspectiva agradável para seus dirigentes. Para o Brasil, com a melhora dos saldos da balança comercial, a retomada dos pagamentos dos juros, em um sistema escalonado, não representaria um peso insuportável (cerca de US\$ 200 milhões por mês, segundo se calcula), principalmente considerando a possibilidade de carrear recursos do FMI, do Banco Mundial e

do fundo estabelecido pelo Japão para ajuda aos países endividados.

Como para isso seria necessário um acordo prévio com o FMI, tratar-se-ia de um "give-and-take", que não poderia ser considerado prejudicial aos interesses do País, desde que aceitas as premissas do Plano Macroeconômico formulado pela equipe do ministro Bresser Pereira e já apresentado aos bancos e às instituições internacionais.

As primeiras reações externas ao plano parecem ser favoráveis, esperando-se que as prováveis exigências do FMI se limitem a detalhes técnicos, sem contestar a essência da formulação brasileira, que é justamente a manutenção da economia em crescimento a um ritmo socialmente aceitável para o País.

O elemento-chave para se chegar a tanto é o restabelecimento de um clima de confiança mútua entre o governo brasileiro e os credores, e tudo parece indicar que a recente visita de Bresser Pereira aos Estados Unidos deu uma contribuição que pode ser decisiva nesse sentido.